

# ENTREVISTA



**Tenente-Coronel RR BMRS Martim Cabeleira de Moraes Júnior**

*Entrevistado por Edson Benedito Rondon Filho*

## RESUMO BIOGRÁFICO

Possui o Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1988). Bacharel em Direito pela Universidade de Ijuí, RS (1994). Licenciatura em Filosofia pelo Centro Universitário IPA Metodista (2009). Especialização em Segurança Cidadã pela Universidade Federal do RS (2006). Especialização em Segurança Pública pela Pontifícia Universidade Católica (2007). Especialização em Educação para o Trânsito pela Fundação Irmão José Otão (2001). Mestre em Sociologia da Violência e da Criminalidade pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2005).

Concluiu ainda aos seguintes cursos: especialização em Policiamento Ostensivo; Instrutor de Bastão Policial Especial; presenciais pela SENASP nas áreas de Ensino, Inteligência Policial, Direitos Humanos e Policiamento Comunitário.

Exerceu função de oficial comandante de Pelotões, Companhias e Batalhões de Policiamento no Interior e na Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Foi Comandante da Academia de Polícia Militar. Foi Chefe do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar. Chefe do Setor de Aposentadorias e Pensões. Chefe do Setor de Recrutamento e Seleção. Serviu junto à Corregedoria. Foi Assessor do Departamento de Combate à Corrupção na Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado do Rio Grande do Sul.

Exerceu a docência de várias disciplinas na Brigada Militar (RS), SUSEPE (RS), SSP – RS e Polícia Judiciária Civil (RS), de 1989 a 2016.

Foi condecorado com as seguintes medalhas: Tempo de Serviço (10 e 20 anos); Mérito de Ensino da Brigada Militar (2 vezes); Mérito da Corregedoria; Mérito Administrativo; Comenda da Academia de Polícia Militar; Mérito de Ensino da PMMT.

**RHM - *O senhor como estudioso poderia nos apresentar sua concepção sobre a segurança pública brasileira?***

Segurança pública é um tema ambíguo e muito, muito amplo, então eu vou sintetizar minha resposta, embora talvez ela fique incompleta. Por um lado a segurança pública é um conceito pouco discutido, então ninguém sabe muito bem o seu significado. Como conceito dá base a tudo que é feito depois, temos um monte de ações baseadas em um conceito não compreendido. Por outro lado, o que se pensa ser segurança pública funciona no Brasil como tudo que está disponível ao público, ou seja, muito mal. A segurança pública, assim como a educação, saúde e outras tantas áreas, funciona bem para algumas camadas da sociedade, enquanto outras (as camadas menos favorecidas financeiramente) não alcançam os benefícios públicos das ações estatais. Outro aspecto importante é a necessária interdependência entre os

setores públicos. Não há como se desfrutar de segurança pública sem educação, saúde, emprego, etc.

Finalmente destaco que há outro componente importante no setor da segurança pública que pode ser resumido por um comportamento social geral de recusa à participação. Grande parte da população espera que só o Estado resolva os problemas de segurança.

***RHM – Como integrante do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul por um longo período, o que o senhor destaca como fatos de maior relevância no que se refere ao fomento da pesquisa no âmbito da corporação gaúcha? E a cooperação com a sociedade civil, o que foi feito?***

O Instituto de Pesquisa da Brigada Militar nasceu com enorme força para incremento da pesquisa em segurança pública, tanto no âmbito institucional quanto no âmbito geral. Ocorre que os sucessivos comandos da instituição não ficaram satisfeitos com os resultados obtidos através de pesquisas. O fato é que as pesquisas só evidenciam o quanto não sabemos, e isso de certa maneira assusta muitos policiais, mais do que os ajuda. Foram feitos excelentes estudos pelo instituto, assim como o setor de pesquisa na Brigada Militar cresceu muito rápido e qualitativamente. Atualmente o Instituto de Pesquisa está relegado ao segundo plano. Esquecido e enfraquecido. Todo setor de ensino está fragilizado na segurança pública em geral no Rio Grande do Sul. Ocorre que os policiais, e grande parte da população brasileira, ainda preferem acreditar em soluções rápidas e sem fundamentos científicos para problemas da segurança pública. O conhecimento produzido através da pesquisa na segurança pública não é absorvido e disseminado nos setores ditos mais “operacionais” das polícias. Em geral, tanto a polícia quanto a população e a imprensa, preferem policiais mais executores do que pensadores ou pesquisadores. Preferem mais ações enérgicas de repressão do que políticas de segurança pública de longo prazo baseada em ciência.

**RHM – *Qual a expectativa quanto ao futuro das políticas públicas de segurança?***

Minhas expectativas não são nada otimistas. Creio que cada vez mais, os policiais que optem pela pesquisa científica e pelo ensino policial em geral passem para outros setores mais gratificantes dos ambientes acadêmicos. As políticas públicas de segurança parecem ter uma tendência de repetição intensa de tudo o que já ocorreu antes. Mesmos alguns gestores com conhecimento científico estão se rendendo às ações mais básicas envolvendo polícia, armas e repressão. Criminólogos e sociólogos principalmente vêm demonstrando mundialmente a necessidade de investimento na prevenção (primária, secundária e terciária) em detrimento à repressão aos crimes, mas isso não está presente nas políticas de segurança pública. Parece-me que, qualquer um que tente convencer aos brasileiros a confiarem na pesquisa como base para melhorias metódicas e eficientes em segurança pública está fadado ao esquecimento e rotulação como “teórico”.

**RHM – *Sabemos que em sua dissertação de mestrado pesquisou o problema da vitimização dos policiais militares. Poderia nos relatar brevemente a percepção sobre esse fenômeno (vitimização) e a relação deste com as violências (ou ilegalismos) policiais?***

Continuo pesquisando sobre vitimização de profissionais de segurança pública na América Latina. Em contato com policiais do Peru, Chile, Argentina e Uruguai, percebo que a vitimização desses profissionais segue um padrão de tipologia frequência. Enquanto a maioria trata como vitimização apenas as mortes ou lesões de policiais, muitas outras coisas os afligem intensamente. Conforme questionários que apliquei entre 2005 e 2014 para policiais, guardas municipais e outros profissionais de segurança pública, percebi os seguintes fatores de sofrimento no trabalho: 1) falta de reconhecimento; 2) péssimas condições de trabalho; 3) uso frequente de álcool e outras drogas; 4) machismo incorporado nas instituições; 5) assédio moral intenso; 6) assédio sexual intenso; 7) direitos trabalhistas básicos (hora-extra, adicional noturno, FGTS, etc.) negados administrativa e judicialmente; 8)

ausência de política salarial permanente; 9) péssimo relacionamento entre chefia e subordinados; 10) ascensão na carreira extremamente subjetiva e pessoalizada; 11) não aproveitamento de talentos; 12) esquecimento dos aposentados e pessoal administrativo; e a lista segue. Ainda estou tentando uma metodologia que possa demonstrar a hipótese de que tais fatores, principalmente as más condições de trabalho refletem nos níveis de excessos violentos e de corrupção entre os profissionais da segurança pública como um todo.

**RHM – Fale um pouco sobre o “senso comum dos juristas”.**

Esse é um termo muito interessante que eu tomei emprestado dos escritos jurídicos de autores como Luiz Alberto Warat e do pessoal do Direito Achado na Rua (da UNB). Na minha dissertação usei a ideia de que há um senso comum teórico dos cientistas sociais (assim como dos juristas) que os leva a tratar algumas hipóteses como conclusões demonstradas cientificamente, tais como: militarismo leva à polícia violenta; policiais não são educados; etc. Não que as hipóteses não sejam consideráveis, mas o senso comum teórico faz com que muitos pesquisadores não demonstrem tais correlações, porém as usem em seus raciocínios. Isso acaba produzindo conhecimento científico fora dos padrões da ciência, bem como agressivo aos profissionais da segurança pública. Afeta o diálogo. Muitas suposições tratadas como conclusões.

**RHM – Quais são os desafios para a segurança nas fronteiras do extremo sul do Brasil, uma vez que o senhor também trabalha nessa temática? Como as políticas públicas voltadas para a região de fronteira interferem no cotidiano das cidades?**

Creio que as fronteiras do Rio Grande do Sul sejam um tanto menos conturbadas se levarmos em consideração o tamanho e a frequência de delitos nas demais fronteiras do Brasil. Minha expectativa é de que algum dia as políticas de

segurança pública nas fronteiras acabem finalmente ouvindo as populações que vivem nesses locais. É preciso saber quais as demandas de segurança das populações fronteiriças. Esse é um enorme desafio, uma vez que as políticas adotadas até o momento desprezam por completo as pesquisas qualitativas com essas populações, tomando como base, tão somente dados de criminalidade. Então, considero dois desafios principais: primeiro ouvir as populações, e, depois, trabalhar com a mensuração e melhoria da segurança. E não como fazemos hoje, medimos e trabalhamos com base na criminalidade que já ocorreu. Porém não acredito muito que isso ocorra tão cedo, pois mesmo nos setores acadêmicos a moda é estudar o crime e não a segurança.

**RHM – *Muito obrigado pela entrevista!***